

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
REQUERIMENTO Nº DE 2025
(Do Senhor João Daniel)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa (CLP) para debater a regulamentação da Cannabis no Brasil, abrangendo as múltiplas dimensões do tema.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requer-se a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Legislação Participativa – CLP, com a finalidade de debater a regulamentação da Cannabis no Brasil, abrangendo as múltiplas dimensões do tema, notadamente:

I – Uso medicinal, considerando a recente abertura da Consulta Pública nº 1.316/2025 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para atualização da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 327/2019, que trata da regularização de produtos à base de Cannabis para fins terapêuticos;

II – Uso industrial, especialmente para o cultivo do cânhamo (*Cannabis sativa* L.) visando a produção de fibras, cosméticos, biocombustíveis e outros insumos, em consonância com práticas internacionais sustentáveis e oportunidades econômicas para o Brasil;

III – Uso recreativo, à luz do debate contemporâneo sobre políticas públicas de redução de danos, proteção à saúde pública, prevenção ao consumo indevido e análise de experiências comparadas de legalização e descriminalização em outros países;

IV – Aspectos jurídicos, regulatórios e econômicos, envolvendo a harmonização normativa entre legislações sanitária, penal, agrária e econômica, bem como os impactos potenciais para a saúde, segurança pública, agricultura familiar, indústria nacional e desenvolvimento científico.

JUSTIFICAÇÃO

A realização da presente Audiência Pública visa promover um amplo e qualificado debate sobre a política nacional referente à Cannabis, observando os imperativos constitucionais da proteção à saúde (art. 196), do estímulo à pesquisa científica e tecnológica (art. 218) e da promoção do desenvolvimento econômico sustentável (art. 170).

Cumprir destacar que a regulação da Cannabis é tema de crescente mobilização social, científica e econômica, tendo o Brasil avançado, desde 2015, com autorizações judiciais para cultivo doméstico para fins medicinais, bem como com a regulação sanitária



de produtos à base de Cannabis pela Anvisa. Todavia, permanecem lacunas legais e desafios regulatórios que demandam a escuta de diversos setores da sociedade civil, especialistas, órgãos públicos e iniciativa privada.

Ademais, no âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Comissão de Entorpecentes, promoveu em 2020 a retirada do Cannabis da lista de substâncias proibidas para usos medicinais e científicos, movimento que impacta diretamente a necessidade de revisão das políticas nacionais.

SUGESTÃO DE CONVIDADOS:

- Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- Representante do Ministério da Saúde
- Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Representante da Defensoria Pública da União – DPU
- Representante do Conselho Federal de Medicina – CFM
- Representante de associações de pacientes e familiares usuários de Cannabis medicinal
- Especialista em direito penal e política de drogas
- Pesquisador(a) em ciências agrárias, com atuação em cultivo de cânhamo
- Representante do setor industrial interessado na produção de derivados do cânhamo

Diante do exposto, pedimos apoio para aprovação deste importante requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputado João Daniel
PT/SE

